

Dispêndios em P&D em São Paulo atingiram R\$21,8 bilhões em 2011 e parcela do PIB chegou a 1,61%. No Brasil, somaram R\$ 47,2 bilhões, ou 1,14% do PIB

O crescimento real (descontada a inflação) em São Paulo foi de 53% em 10 anos

Em 2011, os dispêndios em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no Estado de São Paulo, realizados pelos governos estadual e federal e por empresas, foram de R\$ 21,8 bilhões, correspondendo a 1,61% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado (esse índice é chamado de intensidade de dispêndio em P&D). No Brasil, o valor atingiu R\$ 47,2 bilhões, ou 1,14% do PIB do país. Os valores estão na Tabela 1¹, para 2001 e 2011, pela fonte dos dispêndios. Incluem-se também os

dados para o Brasil, descontados os dispêndios efetuados em São Paulo.

O crescimento real dos dispêndios entre 2001 e 2011, descontada a inflação³, foi de 53% para São Paulo e de 50% para o Brasil (47% para o Brasil sem contar SP). Os dispêndios em São Paulo passaram de 45% para 46% do total do país no período.

Ainda segundo os dados da Tabela 1, o dispêndio público em P&D realizado em São Paulo mantém-se como o maior entre os estados,

Tabela 1 Dispêndios em P&D segundo a natureza administrativa da fonte de recurso – Brasil, São Paulo e Brasil sem São Paulo – 2001 e 2011 (milhões de reais correntes)².

	2001			2011		
	Valor (MR\$)	% do Total	% PIB	Valor (MR\$)	% do Total	% PIB
Brasil						
Total	14.064	100,0%	1,08%	47.170	100,0%	1,14%
Federal	4.563	32,4%	0,35%	17.784	37,7%	0,43%
Estadual	2.884	20,5%	0,22%	8.598	18,2%	0,21%
Privado	6.616	47,0%	0,51%	20.787	44,1%	0,50%
São Paulo						
Total	6.346	100,0%	1,37%	21.779	100,0%	1,61%
Federal	794	12,5%	0,17%	2.965	13,6%	0,22%
Estadual	1.764	27,8%	0,38%	5.083	23,3%	0,38%
Privado	3.788	59,7%	0,82%	13.731	63,0%	1,02%
Brasil sem São Paulo						
Total	7.718	100,0%	0,92%	25.391	100,0%	0,91%
Federal	3.769	48,8%	0,45%	14.819	58,4%	0,53%
Estadual	1.120	14,5%	0,13%	3.515	13,8%	0,13%
Privado	2.828	36,6%	0,34%	7.056	27,8%	0,25%

1. Arredondamentos podem causar erros em somas de percentuais.

2. Ver nota metodológica 1.

3. Ver nota metodológica 2.

correspondendo a 31% do total do investimento público em P&D no Brasil, em 2011 (R\$ 8,1 de R\$ 26,4 bilhões). A tabela também indica que, excluindo-se os dispêndios realizados em São Paulo, a intensidade dos dispêndios em P&D cai para 0,91% do PIB nos demais estados.

Diferenças entre a composição dos dispêndios em São Paulo e aquela nos demais estados

O Gráfico 1 resume os percentuais da composição dos dispêndios efetuados em 2011, pela natureza administrativa dos recursos, para o Brasil, São Paulo e os demais estados.

Gráfico 1 Composição do dispêndio total em P&D segundo a natureza administrativa do recurso, Brasil, São Paulo e Brasil sem São Paulo – 2011.

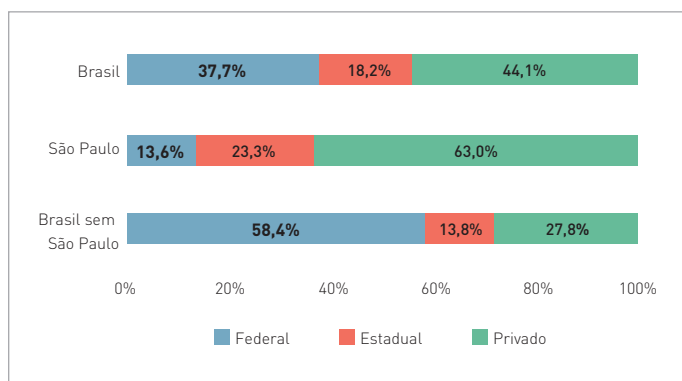
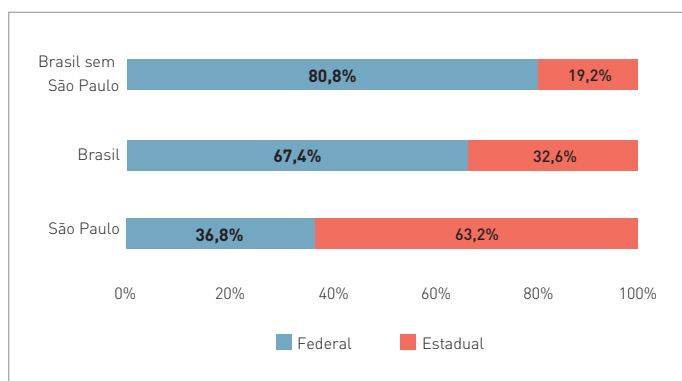


Gráfico 2 Composição do dispêndio público em P&D segundo a natureza administrativa do recurso – 2011.



A maior parcela dos dispêndios em São Paulo, de R\$ 13,7 bilhões (63% do total), foi realizada por empresas. No caso do Brasil, essa proporção cai para 44%. De 2001 a 2011, o peso do setor privado fora do estado de SP caiu de 37% para 28%, e o do governo federal cresceu quase 10 pontos percentuais, atingindo 58%. A participação das empresas no dispêndio em P&D em SP está próxima daquela que ocorre em países industrializados, como veremos mais à frente.

Em SP, o governo estadual contribuiu com a segunda maior parcela, de R\$ 5,1 bilhões (23% do total), e o governo federal dispendeu R\$ 2,9 bilhões (14% do total). Somando-se os dispêndios dos governos estadual e federal, o dispêndio público total em P&D em SP foi de R\$ 8,1 bilhões (ou 37% do total dispendido no estado). Como já observado, no Brasil, a maior parte (56%) do dispêndio é pública, sendo 38% oriundos do governo federal e 18% dos estados.

Os dispêndios do governo paulista em P&D correspondem a 63% dos dispêndios públicos em P&D

Analisando-se apenas os dados do dispêndio público, outra característica que distingue São Paulo entre os estados brasileiros: os dispêndios do governo estadual equivalem a quase o dobro dos do governo federal, correspondendo a 63% das despesas do setor público em P&D. Essa situação se inverte nos demais estados do país. Neles, os dispêndios do governo federal chegam a representar 81% do dispêndio público em P&D (Gráfico 2). Se o governo estadual não investisse o montante que faz em P&D, São Paulo seria um dos estados com menor investimento público em P&D, relativamente, no cenário nacional.

Composição do dispêndio em São Paulo é semelhante à da média dos países da OCDE

Utilizando-se dados dos 41 países incluídos nas bases de dados sobre dispêndios em P&D mantidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, e os calculados acima para o Brasil e para São Paulo, a intensidade dos dispêndios em P&D em São Paulo, de 1,61% do PIB estadual, supera a de vários países da União Europeia, incluindo Itália (1,25%), Espanha (1,33%) e Portugal (1,49%), colocando o desempenho do estado próximo daquele de países como Canadá, Reino Unido e China (Gráfico 3a). Nessa seleção de países, o Brasil (São Paulo incluído) se posiciona mais

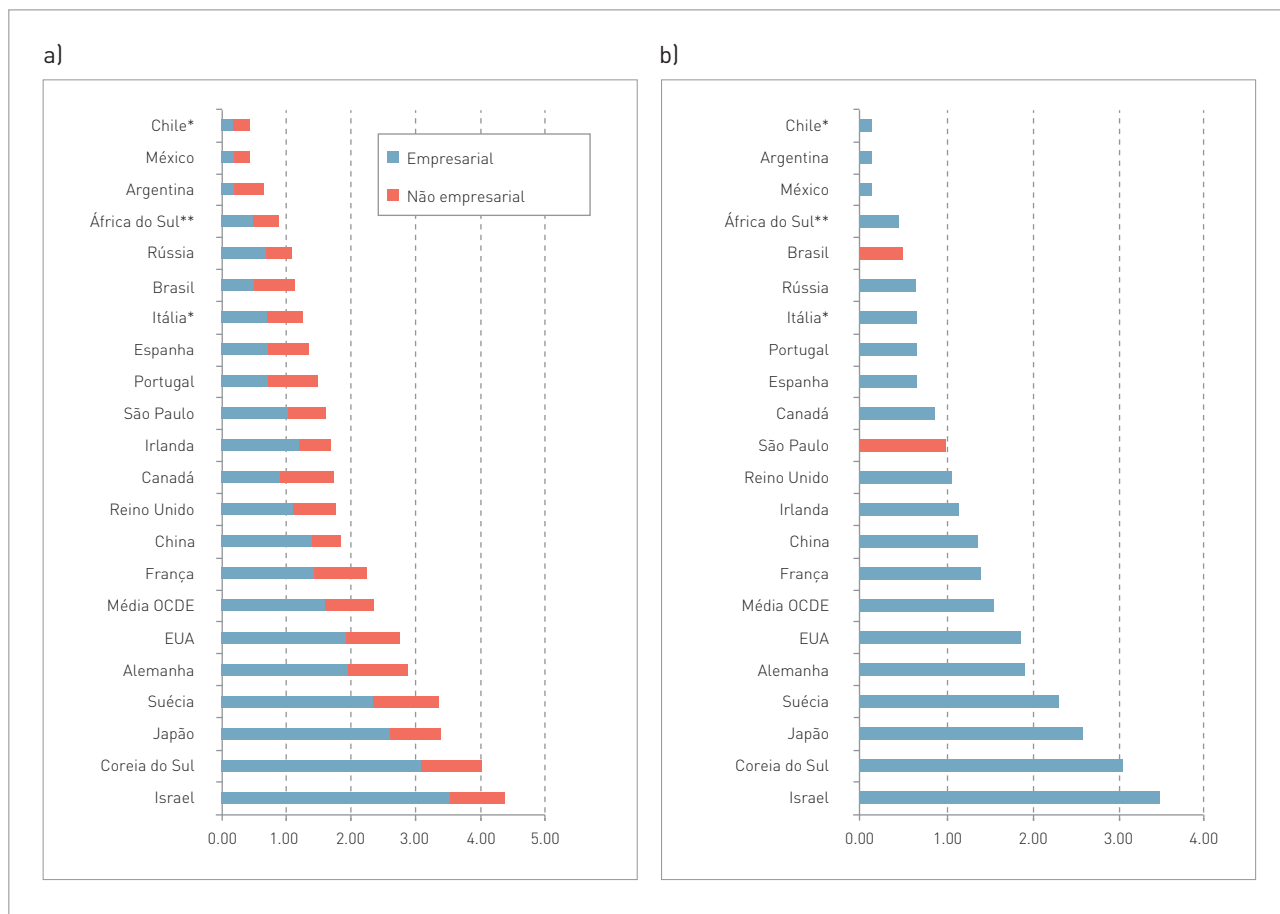
abaixo na lista, com intensidade dos dispêndios de 1,14% do PIB, e mais abaixo ainda sem a contribuição de São Paulo. Na lista completa de países com dados disponíveis, o Brasil se coloca na 32ª posição e São Paulo estaria na 26ª.

Observando-se a intensidade de dispêndios empresariais em P&D em 2011, para o mesmo conjunto de países (Gráfico 3b), São Paulo, com proporção de 0,97% do PIB (não incluindo Instituições de Ensino Superior – IES privadas⁴), apresenta índice maior do que os de Canadá (0,89%), Espanha (0,70%) e Rússia (0,67%), mas ainda abaixo dos índices da maioria dos países da OCDE, cuja média é de 1,59%, e de países como China (1,40%) e Coreia do Sul (3,09%). O Brasil, com intensidade de dispêndios empresariais de 0,48% do PIB, está na 33ª posição entre os países com dados disponíveis, enquanto São Paulo estaria 10 posições acima, ficando junto a um grupo

intermediário de países. O Brasil, sem a contribuição de São Paulo, estaria na 36ª posição.

Dos 42 países com dados, em 12 deles (além do Brasil, incluem-se Argentina, Chile, Grécia, Holanda, México, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, República Eslovaca, Romênia e Turquia), os dispêndios não-empresariais em P&D são maiores do que os dispêndios empresariais. A média para os países da OCDE é de 2/3 dos dispêndios ocorrendo no setor empresarial, semelhante àquela de SP (60%), bem acima da proporção que ocorre no Brasil, de 42%; sem a contribuição de SP, a proporção dos dispêndios empresariais do Brasil cairia para 27%, só superando a da Argentina (25%) na lista dos países com dados disponíveis. A União Europeia coloca, para seus membros, a meta de 3% do PIB para a intensidade de dispêndios em P&D dos países-membros, com 2/3 deste total realizado no setor empresarial.

Gráfico 3 a) Intensidade dos dispêndios em P&D (decomposto em empresarial e não-empresarial), b) Intensidade dos dispêndios empresariais em P&D [Brasil, São Paulo e outros Países (2011) - %PIB].



Fontes: OECD. Main Science and Technology Indicators 2013, dados de 2011. (*) dados de 2010 e (**) dados de 2009. Dados compilados pela FAPESP (ver nota metodológica 3).

4. Ver nota metodológica 3.

Notas metodológicas

1. O cálculo dos dispêndios em P&D em São Paulo levou em contas os investimentos das agências de fomento à pesquisa (estaduais e federais), os recursos das instituições de ensino superior estaduais, federais e privadas localizadas no estado de São Paulo, dos institutos de pesquisas estaduais e federais localizados em São Paulo e das empresas com atividades em P&D. Os dados nacionais seguem informações do MCTI no caso de despesas governamentais, e projeções elaboradas pela FAPESP para os gastos privados, sobre as informações originadas das PINTECs (ver Indicadores de CT&I em São Paulo, Fapesp, 2010, Cap. 3, sobre os detalhes dessa metodologia).
2. Para o cálculo do crescimento real dos dispêndios em P&D, os valores para 2001 foram atualizados para o ano 2011 utilizando-se o IGP-DI médio dos anos em questão.
3. A OCDE fornece os dados de dispêndios do setor privado sem considerar as instituições de ensino superior – IES, denominando-os dispêndios empresariais (sob a sigla BERD – Business Expenditures in R&D). Para fins de comparação, os dispêndios das IES privadas nacionais e de São Paulo foram retirados dos valores para o setor privado e colocados junto com os dispêndios governamentais, gerando os dados dos dispêndios não-empresariais para o Brasil, São Paulo, e Brasil sem São Paulo (a contribuição das IES privadas para os dispêndios em P&D é pequena nos casos do Brasil e de São Paulo, correspondendo a 0,02% e 0,04% dos respectivos PIBs). Os efeitos dessa alteração podem ser notados comparando-se os percentuais da participação privada no Gráfico 1 e aqueles da participação empresarial na seção sobre comparações internacionais.